 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a "violência estatal", a "violência contra a mulher", o "genocídio", os "massacres" e "conflitos no campo", buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Entre balas de fuzil e bombinhas de São João, quem tem direito a terra? Estudo de caso do acampamento Enilson Ribeiro - RO

Autoria: Clarissa Machado de Azevedo Vaz, Lenir Correia Coelho

O presente artigo buscar analisar a resistência dos camponeses do Acampamento Enilson Ribeiro, localizado no município de Seringueiras, região norte do país, onde no processo de ocupação do latifúndio, em 2015/16, a assessoria jurídica dos acampados, se depara com uma Ação Reivindicatória movida pelo INCRA em desfavor do suposto fazendeiro. A ação reivindicatória tramitava desde 2007, porém, até o momento da ocupação, não havia sentença de primeiro grau. Ainda que, com fortes indícios de que se tratava de terra pública, o suposto fazendeiro consegue mover todo um aparato contra os acampados. Primeiro foram os fazendeiros da região que se uniram para reivindicar, fechando a rodovia e as possíveis entradas para o acampamento. Segundo foi a velocidade em que conseguiu uma liminar de reintegração de posse, mesmo sem conseguir provar a posse e a propriedade, com determinação de utilização de força policial (até mesmo do exército) para a desocupação do imóvel. Em terceiro lugar, o papel exercido pela força policial, militar, civil, força nacional. A utilização de força desnecessária, verdadeiro cenário de guerra. Após mediação do Ministério Público Federal, houve a retirada dos acampados e um acordo foi firmado, para que, após a resolução da propriedade da terra, caso se confirmasse que se tratava de terra pública, o local seria destinado para a reforma agrária, onde seriam beneficiados os acampados e os participantes do movimento social de reivindicação de terras. Em 2018 a ação declaratória movida pelo INCRA, chegou ao final, e confirmou a alegação de que se tratava de terra pública, e que, portando, a posse seria do INCRA para que fosse destinado à reforma agrária. Entretanto, em 2017 houveram mudanças na legislação que estabelece o procedimento de escolha das pessoas que poderão ser beneficiadas com a reforma agrária. Os camponeses voltam a ocupar a fazenda, contabilizando mil e cem famílias e, dessa vez, o INCRA é quem reivindica judicialmente a sua saída. Tendo como tema: entre ?balas de fuzil e bombinhas de São João: quem tem

 ISBN: 978-85-87942-61-6

direito a terra? Estudo de caso do acampamento Enilson Ribeiro? mostra que a violência sofrida pelos acampados no conflito por terra no Brasil, e, especialmente no Norte do país, possui caráter poroso, mostrando que o agronegócio não funciona sem o auxílio do Estado, e este, mantém o monopólio da violência legal, da força política e conivência do judiciário. O problema de pesquisa: ?Quem tem direito a terra?? Busca-se tratar de forma crítica, as dimensões do conflito agrário atual, utilizando como análise os acampados do acampamento Enilson Ribeiro que se organização através do movimento social de reivindicação por terra Liga dos Camponeses Pobres.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**